

Weber: entre convicção e responsabilidade

Weber: between conviction and responsibility

Luiz Maurício Bentim da Rocha Menezes

<https://orcid.org/0000-0003-4925-9876> – E-mail: lmbrmenezes@yahoo.com.br

RESUMO

Este artigo vai se centrar na obra de Max Weber “A política como vocação” analisando a parte final da obra onde o autor trata sobre a ética da convicção e a ética da responsabilidade. Em nossa análise tentaremos demonstrar o quanto o pensamento de Weber é influenciado tanto pelo florentino Nicolau Maquiavel e o alemão Immanuel Kant. Se entendermos a ética da convicção como uma ética voltada para a escolha moralmente correta independentemente das consequências, poderemos verificar uma forte relação com o imperativo categórico kantiano desenvolvido na obra “Fundamentação da metafísica dos costumes”. Por outro lado, a ética da responsabilidade se aproxima da categorização da política como separada da moral feita por Maquiavel no “Príncipe”. Os traços dessas duas obras estão presentes na sutileza da escrita weberiana ao conceituar as características da política e sua ação através da figura principal da qual ele se inspira, isto é, o político.

Palavras-chave: Weber. Kant. Maquiavel. Ética. Filosofia Política.

ABSTRACT

This work aims to focus on Max Weber’s work “Politics as a vocation”, analysing the final part of the work where the author deals with the ethics of conviction and the ethics of responsibility. In our analysis we will try to demonstrate how Weber’s thought is influenced both by the Florentine Nicolas Machiavelli and the German Immanuel Kant. If we understand the ethics of conviction as an ethics aimed at the morally correct choice regardless of the consequences, we will be able to verify a strong relationship with the Kantian categorical imperative developed in the work “Groundwork of the Metaphysics of Morals”. On the other hand, the ethics of responsibility approaches the categorization of politics as separate from the morals made by Machiavelli in the “Prince”. The traces of these two works are present in the subtlety of Weberian

writing when conceptualizing the characteristics of politics and its action through the main figure of the one who exercises it, that is, the politician.

Keywords: Weber. Kant. Machiavelli. Ethics. Philosophy of Politics.

Introdução

Max Weber foi um importante sociólogo para o pensamento contemporâneo, tendo escrito diversas obras que influenciaram o meio acadêmico em todo o mundo. Dentre os seus escritos, gostaríamos de ressaltar uma pequena obra que trata sobre o cientista, o político e suas vocações. Essa obra, que nada mais é do que a transcrição de duas palestras que Weber apresentou no final da vida, ficou conhecida como *Ciência e Política: duas vocações*, sendo a primeira palestra intitulada “A ciência como vocação” e a segunda “A política como vocação”.

Nosso trabalho irá se centrar principalmente na parte final da obra “A política como vocação”, onde o autor trata sobre a ética da convicção e a ética da responsabilidade. Essas duas ganharam grande destaque entre os estudiosos da teoria política por tratar de duas esferas já consagradamente estudadas em separado. Weber faz uma importante exposição sobre o modo pelo qual a política deve se posicionar com relação à ética, entendendo que há um agir próprio para o político que se distingue das demais possibilidades éticas. Desse modo, o político em sua vocação deve avaliar os fins aos quais ele está imerso, qual atitude tomar de acordo com a exigência da sua função e o *éthos* pelo qual o seu agir deve se fundamentar.

Em nossa análise tentaremos demonstrar o quanto o pensamento de Weber é influenciado tanto pelo florentino Nicolau Maquiavel e o alemão Immanuel Kant. Se entendermos a ética da convicção como aquela que é voltada para a escolha moralmente correta independentemente das consequências, poderemos verificar uma forte relação com o imperativo categórico kantiano desenvolvido na obra *Fundamentação da metafísica dos costumes*. Por outro lado, a ética da responsabilidade se aproxima da categorização da política como separada da moral feita por Maquiavel no *Príncipe*. Os traços dessas duas obras estão presentes na sutileza da escrita weberiana ao conceituar as características da política e sua ação através da figura principal daquele que a exerce, isto é, o político.

A vocação política

Apesar de ser um pequeno escrito oriundo de uma palestra, “A política como vocação” traz importantes características para a formulação de uma teoria política robusta e consistente. Logo no começo, Weber nos diz que o Estado possui o monopólio legítimo da violência, não sendo obviamente essa a sua única característica, apesar de ser algo indissociável de seu conceito. Dessa forma, cabe somente ao Estado o uso legítimo da força e a maneira como deve se utilizar dela. Todo o governante, ao deter o Estado em suas mãos, deve saber utilizar corretamente do poder que lhe cabe para que possa bem governar. Qualquer atividade que implique violência fora do âmbito do Estado está automaticamente deslegitimada e deve ser combatida pelo freio estatal.

Outro ponto importante, é a caracterização das três formas legítimas de dominação: tradicional, carismática e legal-racional. Weber indica que não há uma única possibilidade para se construir um governo e que essas três formas de dominação são as vias principais para a se

tomar o caminho para o poder. O homem com uma vocação para a política se diferencia dos demais homens por estar apto a viver para a política e não apenas da política. Essa diferença é fundamental para entendermos os elementos constituintes do verdadeiro homem político. Se por um lado, como disse Aristóteles, “o homem é um animal político”, se realizando no âmbito da *pólis* e não podendo viver fora desta, por outro, exercer a função política não é a mesma coisa que viver como um cidadão. As muitas funções que se atribuem ao político por vocação exigem qualidades típicas para o exercício do poder (WEBER, 2011). Será esse pensamento que irá direcionar Weber para desenvolver a sua reflexão sobre a ética na política. “O debate sobre a vocação da política é ultimamente um debate não sobre se a política pode ou poderia ser ética, mas, principalmente, sobre que tipo de modelo ético é mais apropriado para a vida política” (STARR, 1999, p. 408).

A relação entre ética e política sempre foi um assunto relevante para os filósofos desde os primórdios. Para os antigos, tratar de política estava ligado à ética inerentemente. Quando Platão em sua *República* abre o debate sobre a justiça, esta é apresentada como sendo inseparável do âmbito do governo da *pólis*. Justiça e governo aparecem como elementos fundamentais da composição da cidade que se está traçando na obra. O mesmo podemos dizer de Aristóteles com o seu *homo politicus*. Será apenas no Renascimento com o pensamento de Maquiavel que teremos a total separação entre a esfera da ética e a esfera política, entendendo que os grandes homens, i. e., os homens voltados para a política (chamados por ele de príncipes), estão preocupados com as grandes ações e, por isso, a maneira própria do seu agir não pode ser igual as dos demais homens. Maquiavel, com sua proposta empírica da política a partir da observação dos fatos de sua época, está a dizer que a política real tem o seu desabrochar dentro do próprio movimento mundano da vida. Observemos como ele irá proceder no *Príncipe*:

Mas uma vez que a minha intenção foi escrever coisa que seja útil a quem a escutar, pareceu-me mais conveniente ir atrás da *verdade efetiva da coisa* do que da sua imaginação. Muitos imaginaram repúblicas e principados que jamais se viu ou conheceu existirem de verdade. Porque é tanta a distância de como se vive a com se deveria viver, que *aquele que deixa o que se faz por aquilo que se deveria fazer mais depressa aprende a ruína do que a sua preservação*: porque um homem que em todos os aspectos queira fazer profissão de bom tem de se arruinar entre tantos que não são bons. Donde é necessário, querendo-se um príncipe manter, aprender a poder ser não bom e usá-lo e não o usar consoante a necessidade. (2017, p. 183. Grifos nossos)

Podemos perceber que a ruptura feita por Maquiavel também significa a colocação de um dilema para a ação política em si, pois ele acabou por separar aquilo que antes se pensava unido e, talvez, indissociável. A “verdade efetiva da coisa” trata da política como ela é e não como deveria ser. Maquiavel soube muito bem observar que a política de sua época não poderia mais ser vista com os olhos de uma moral ingênua. Seria preciso observar os feitos dos grandes homens que pouco se preocuparam com questões éticas. Será diante desse dilema que Weber irá desenvolver o final da sua palestra sobre a vocação política. Iremos tratar melhor sobre isso na seção seguinte.

Convicção e responsabilidade

Ao tratarmos das éticas weberianas, perceberemos que elas foram formuladas a partir de conceitos anteriores, de modo que Weber não estaria propriamente inovando ao tratar delas, mas antes de tudo estaria reformulando conceitos com relação à vocação política e o modo como a ética deve ser pensada. É nesse ponto que podemos verificar que a divisão entre duas

éticas traz uma reflexão significativa sobre a psicologia por trás do agir humano, já que esta é constantemente retratada como sendo dicotômica. A análise entre aquilo que é e o como deve ser aparece como pela oposição existente no campo da ética. Citemos a maneira como essa dicotomia surge no texto de Weber (2011):

Ética da convicção: “não resista ao mal pela força”.

Ética da responsabilidade: “deves opor-te ao mal pela força ou serás responsável pelo triunfo que ele alcance”.

Na primeira podemos perceber que há uma forte crença atrelada ao “como se deve ser” para se manter firme no caminho que se acredita ser o melhor, independentemente das consequências da escolha que se faz. O exemplo que Weber irá apresentar será através do Sermão da Montanha, “uma ética sem dignidade a não ser para aqueles que desejam ser santos” (Weber, 2011). Dessa forma, é preciso ter a convicção para agir e se manter firme perante as adversidades mundanas. Já a ética da responsabilidade implica analisar os objetivos desejados e verificar suas possibilidades de serem alcançados e o que deve ser feito para se conseguir atingir o seu fim. A ética da convicção se assemelha ao imperativo categórico kantiano, sendo uma ética para muito poucos, como gostaríamos de ressaltar. Estão aptos somente aqueles que podem agir por dever e pela ação em si mesma com relação à boa vontade. Já a ética da responsabilidade se assemelha à ética maquiaveliana de se buscar todos os meios para se atingir um grande fim político. É uma ética que visa as ações instrumentais, as quais devem ser julgadas não por elas mesmas, mas segundo sua aptidão para atingir o fim que se quer alcançar.

Maquiavel ao escrever seu *Príncipe* estava preocupado em descrever a situação política de seu tempo baseando-se para isso nas ações dos grandes homens, aqueles que ele preferia chamar de príncipes. Ao escrever, ele não estava preocupado em dizer como deve ser o agir, pois não há propriamente uma fórmula para se governar. É preciso estar preparado para as mudanças da fortuna e ser capaz de se adaptar às adversidades para não perder o domínio do Estado. Nesse sentido, a grande preocupação do príncipe não deve ser apenas a conquista, mas principalmente a manutenção do poder. Essa preocupação com o mundano e como as ações políticas devem ser pensadas diretamente dos fatos, é algo que Weber tem de próximo com Maquiavel e isso influenciou a sua escrita política.

As afinidades dos escritos políticos de Weber com Maquiavel são impressionantes. Combinar *virtù* e fortuna no momento certo requer grande senso de proporção [*Augenmass*], para lidar com a incerteza sob risco. Como Maquiavel, Weber é um pensador da contingência, para quem não apenas a ação humana, mas também as ordens sociais são complexos de oportunidade [*Chancen*]. Por exemplo, o estado é uma associação política condicionada pelas oportunidades oferecidas e limitada pelos critérios da área e pelo monopólio da violência. As reinterpretações republicanas e retóricas de Maquiavel até fortaleceram as afinidades entre ele e Weber. Acima de tudo, têm no cerne metodológico das escolhas estratégicas em torno da racionalidade da ação política. Racionalizar hierarquias de valores – o ator econômico racional como metáfora básica não esgota a política, com seu elemento de contingência na tomada de decisões (ELIAESON, 2004, p. 140-141).

Segundo Maquiavel, poucos são aqueles que conseguem perceber além da aparência, pois a maioria só percebe aquilo que parece, sem que este parecer tenha qualquer relação com o ser. Daí a destreza do príncipe de utilizar-se da aparência para obter resultados que não serão nunca contestados pelos poucos, já que estes não poderão ir de encontro à maioria que se apoia na força do príncipe. Nisto consiste a *virtù* do príncipe, que nada mais é do que a sua habilidade para se utilizar da *ocasião* dada pela *fortuna* para realizar o *fim* pretendido tendo como

meio a necessidade do povo que nele se apoia. Não ser odiado pela maioria, portanto, é uma das principais mensagens deixadas por Maquiavel, pois o povo tem importância capital nas atitudes do governante, já que é pela observação da vontade da maioria que o governante constrói seu poder e o mantém, sendo desta forma o povo é *meio essencial* do príncipe para alcançar o *fim máximo* que é a conservação do Estado.

Em Kant o olhar para as coisas é um tanto distinto. A maneira como ele divide sua filosofia entre os objetos em si (*noumenon*) e os objetos que aparecem depois da sua apreensão racional, i. e., fenômenos, é significativa para se diferenciar da metodologia weberiana. Em Weber podemos verificar, pela análise da obra, que “tudo é fenômeno” (BARKER, 1940, p. 242), o que traz uma posição mais atenta para a maneira como a política se dá no âmbito dos fenômenos apenas. Como nos indica Roselino:

o que torna difícil reconhecer e levar adiante a correspondência entre a razão prática de Kant e a teoria dos valores de Weber é que elas se voltam para interesses distintos. Para Kant, lhe interessava particularmente a vontade pura, a autonomia, logo, a liberdade no sentido positivo, para Weber ao contrário, lhe interessa especificamente a observação empírica, os fenômenos, suas relações causais (*Kausalbeziehung*) e a liberdade negativa como sua falha (ROSELINO, 2013, p. 287).

Apesar das divergências existentes entre os dois pensadores, podemos verificar que o modo como Weber constrói a sua ética da convicção é bastante semelhante a formulação do imperativo categórico kantiano: “*Age como se a máxima da tua ação se devesse tornar, pela tua vontade, em lei universal da natureza*” (KANT, 2007, p. 59). Dessa forma, o imperativo categórico deve dar conta, pela razão, do agir humano de maneira universal, de maneira que um ato deve ser executado em si mesmo, por oposição ao imperativo hipotético em que um ato tem em vista outro fim. Isso exige uma convicção profunda para se agir por dever e não apenas conforme o dever, fazendo com que toda a ação esteja voltada para o próprio agir sem nada mais em vista. Essa tensão existente entre duas éticas tem seu desabrochar no âmbito da política em que há a manifestação de ações distintas do senso comum, de modo a se poder lidar com as diversas ocasiões possíveis. O embate pode ficar mais claro nas palavras do próprio Weber:

Quem deseja a salvação da própria alma ou de almas alheias deve, portanto, evitar os caminhos da política que, por vocação, procura realizar tarefas muito diferentes, que não podem ser concretizadas sem violência. O gênio, ou demônio da política vive em estado de tensão extrema com o Deus do amor e também com o Deus dos cristãos, tal como este se manifesta nas instituições da Igreja. Essa tensão pode, a qualquer tempo, explodir em conflito insolúvel. Isso os homens já sabiam, mesmo ao tempo em que a Igreja dominava. Repetidamente o interdito papal atingia Florença — e, naquela época, tal pressão pesava muito mais fortemente sobre os homens e muito mais lhes ameaçava a salvação da alma do que a “fria aprovação” (como diz Fichte) do juízo moral kantiano — e, entretanto, os habitantes da cidade continuavam a mover guerra aos Estados papais. Em bela passagem de suas *Histórias Florentinas*, se exata minha lembrança, Maquiavel alude a tal situação e põe na boca de um dos heróis de Florença, que rende homenagem a seus cidadãos, as seguintes palavras: “Eles preferiram a grandeza da cidade à salvação de suas almas”. (WEBER, 2011).

Em sua visão, o caminho da política não pode ser concretizado sem o uso da força, de maneira que “o instrumento decisivo da política é a violência” (WEBER, 2011). Esse é um ponto fundamental do pensamento político weberiano: a política não se resume à violência, mas não pode ser feita sem ela. O que nos permite entender que a violência é parte essencial da política sem a qual não é possível falar do todo político. A dicotomia existente entre as duas éticas passa, necessariamente, por essa temática. Aqueles que são conforme à ética da convicção,

entendem que o caminho para o bem é o próprio bem, um pensamento que remete à tradição socrática. Já aqueles que seguem a ética da responsabilidade, entendem que existem meios malignos para se atingir um determinado benefício. Em outras palavras, como diria Maquiavel, “é necessário [...] aprender a poder ser *não bom* e usá-lo e não o usar consoante a necessidade”. (2017, p. 183. Grifos nossos). Nas palavras de Weber, a política aparece como sendo um “pacto com potências diabólicas” (WEBER, 2011), um desafio que vai para além da simples ética da abnegação e seguir sua vocação exige uma firmeza de espírito que não é algo para qualquer um, pois o político é aquele que tem uma responsabilidade diante do futuro.

A citação acima demonstra a tensão existente entre política e religião e o quanto as duas aparecem em um nível oposto uma da outra. Enquanto, por um lado, se busca a salvação da própria alma através da religião e dos diversos dogmas extramundanos, por outro lado, as ações da política abdicam da salvação da alma em troca das grandes ações que irão se perpetuar na história. Através dessa dicotomia de valores tão distintos que podemos configurar as ideias por trás das éticas weberianas e o modo como elas se remetem à uma tradição que refletiu sobre a impossibilidade de um ponto de equilíbrio entre elas. Apesar de convicção e responsabilidade coabitarem como dois lados da mesma moeda, elas estão impossibilitadas de se encontrarem. Isso é determinante para justificar a vocação política na ética da responsabilidade.

Conclusão

Através da análise das duas éticas weberianas na obra “Política como vocação” investigamos os elementos que fundamentam o pensamento político de Weber e sua relação com a esfera da ética. Na parte final da obra, Weber dividiu a ética em dois tipos: convicção e responsabilidade. Enquanto a primeira trata de uma firmeza para o agir independente das consequências, a segunda leva em consideração o objetivo almejado e os meios para alcançá-lo. Por princípio, uma oposição marca cada uma das éticas weberianas. O trabalho se deteve em analisar cada uma das éticas e a influência de dois pensadores da tradição para o pensamento desenvolvido na obra em questão: Maquiavel e Kant.

Em Kant podemos verificar os alicerces que respaldam a ética da convicção em seu imperativo categórico, de maneira a demonstrar o valor máximo da ação moral na razão prática, que deve ser realizada em si mesma. Já em Maquiavel podemos perceber o paradigma para a formulação da ética da responsabilidade, que trata da questão política e dos feitos realizados pelos grandes homens. É nesta ética que se encontra a chave para o que Weber chama de vocação política e que direciona o seu pensamento para a constituição sólida de um *modus operandi* do político e a maneira como ele deve atuar no mundo.

Referências

- BARKER, M. Kant as a Problem for Weber. *The British Journal of Sociology*, v. 31, n. 2, p. 224-245, 1980.
- ELIAESON, S.; PALONEN, K. Introduction: Max Weber’s Relevance as a Theorist of Politics. *Max Weber Studies*, v. 4, n. 2, p. 135-142, 2004.
- GREEN, J. E. Max Weber and the Reinvention of Popular Power. *Max Weber Studies*, v. 8, n. 2, p. 187-224, 2008.

KANT, I. *Fundamentação da Metafísica dos Costumes*. Tradução de Paulo Quintela. Lisboa: Edições 70, 2007.

MAQUIAVEL, N. *O Príncipe*. Tradução, introdução e notas de Diogo Pires Aurélio. São Paulo: Editora 34, 2017.

ROSELINO, L. F. Max Weber e a ética kantiana: polêmica sobre os Imperativos práticos e seu sentido formal. *Anais do Seminário dos Estudantes da Pós-Graduação em Filosofia da UFSCar*, v. 9, p. 283-298, 2013.

STARR, B. E. The Structure of Max Weber's Ethic of Responsibility. *The Journal of Religious Ethics*, v. 27, n. 3, p. 407-434, 1999.

WEBER, M. *Ciência e Política: duas vocações*. Tradução de Leonidas Hegenberg e Octany Silveira da Mota. São Paulo: Cultrix, 2011. (Ebook)

Sobre o autor

Luiz Maurício Bentim da Rocha Menezes

Doutor em Filosofia (UFRJ). Professor de Filosofia, Ética e Política do Instituto Federal do Triângulo Mineiro (IFTM).

Recebido em: 05.01.2022.

Aprovado em: 08.03.2022.

Received: 05.01.2022.

Approved: 08.03.2022.